

## Apresentação

*Na face do velho  
as rugas são letras,  
palavras escritas na carne,  
abecedário do viver.*

*Na face do jovem  
o frescor da pele  
e o brilho dos olhos  
são dúvidas.*

*Nas mãos entrelaçadas  
de ambos,  
o velho tempo  
funde-se ao novo,  
e as falas silenciadas  
explodem.*

*O que os livros escondem,  
as palavras ditas libertam.  
E não há quem ponha  
um ponto final na história.*

*Conceição Evaristo - Poema "Do Velho ao Jovem"*

No poema de Conceição Evaristo, inspiração permanente, identificamos o movimento dialético de avanços e continuidades na construção da história, cujo processo se dá pela sucessão de gerações e expressa a capacidade humana de aprender e transformar. Nesse movimento, a possibilidade da dúvida, também permite adensar caminhos já percorridos e descobrir novos encontros que nos reconstroem.

Assim, partilhamos das reflexões anteriores sobre o necessário reconhecimento de que “nossos passos vêm de longe” e que cada geração é um produto histórico, o resultado “da sucessão das diferentes gerações, cada uma das quais explora os materiais, os capitais, as forças produtivas que lhes são transmitidas pelas gerações precedentes<sup>1</sup>” (Marx e Engels, 1989, p. 46). Esse processo reflete o movimento da constância deixado pelas antigas gerações e o traço criativo presente na superação, constituindo o novo e expressando suas descobertas. Como um ciclo nada linear, revela em cada uma das suas conquistas, velhas e novas faces, que ao se fundirem, como no poema, manifestam o contínuo processo de autoconstrução.

Remetendo tais reflexões ao Serviço Social brasileiro, destacamos a geração que nos deixa um legado inquestionável de “palavras escritas na carne” e na história, exemplo do seu “abecedário do viver e do conhecer”, que culmina na construção de um projeto profissional crítico vinculado a um projeto de sociedade anticapitalista, cujos fundamentos teórico-filosóficos nos permitem desvelar a lógica que constitui e sustenta a sociedade burguesa, mas

---

<sup>1</sup>MARX, K; ENGELS, F. Manifesto do Partido Comunista. A ideologia alemã. Trad. de Jacob Gorender. São Paulo: Martins Fontes, 1989.

não apenas. Destacamos gerações que generosamente nos deixaram um legado de suas experiências e construções teóricas e políticas, coletivamente elaboradas, numa trajetória de mais de oitenta anos de luta e resistência, e que nos ensinam a não sucumbir diante do que parece ser “impossível de mudar”. O que podemos aprender com esse legado é que é preciso preservar as conquistas, mas avançar a partir delas e, mais ainda: ue só a construção coletiva pode levar nossos passos na segura direção estratégica do nosso projeto ético-político profissional. Fundindo-se a elas, temos as novas gerações que com seu vigor físico e intelectual, com seus questionamentos e indagações, vem trazendo enormes possibilidades de avanço para a profissão. Pelas mediações efetivas da realidade e pela interlocução que estabelecem com elas, a essa geração coube acolher temas e demandas dos movimentos sociais, resultado de suas lutas históricas, e convertê-los em objetos de pesquisa e bandeiras de luta, de modo a incorporar à perspectiva de classe e à defesa de um projeto anticapitalista, a luta antirracista, antisexistista, anticapacitista, antilgbtqia+fóbica, dentre outras formas de combate à exploração e à opressão. Assim, essa Coletânea explicita o potencial das novas gerações que com suas dúvidas, indagações e sensibilidade para temas relevantes, vem contribuindo no sentido de fazer explodir as “falas silenciadas” que através de “palavras ditas, libertam”.

Com seu início nos anos 2000, por iniciativa dos próprios estudantes, criou-se no nosso Programa de Pós-Graduação em Serviço Social um rico espaço de integração acadêmica, visando fortalecer a produção discente e docente, através da sua socialização e difusão. A Jornada de Integração e Pesquisa Acadêmica - JIPA, ocorrida em março de 2023, vem coroar os esforços do corpo docente, discente e técnico administrativo na retomada das atividades presenciais, após o longo período de isolamento e da conturbada experiência do ensino remoto emergencial decorrentes da pandemia da COVID-19. Resultado desta JIPA, a publicação que hora apresentamos, herdeira de Jornadas anteriores, traz consigo o acúmulo de quase duas décadas desta rica iniciativa, expressando o avanço da pesquisa e da produção do conhecimento crítico e engajado na profissão.

Nesta edição da JIPA, os trabalhos apresentados por estudantes se dividiram em algumas sessões temáticas, sendo elas: “Formação profissional, pesquisa e produção de conhecimento em Serviço Social”; “Trabalho profissional e espaços sócio-ocupacionais”; “Movimentos sociais, Questão agrária, urbana e ambiental”; “Estado, violência e direitos humanos”; “Teoria social e fundamentos do Serviço Social”; “Questão social, Estado e políticas sociais”; “Políticas públicas e desigualdades sociais”; “Serviço Social, relações de exploração/opressão de gênero, raça/ etnia, sexualidades, feminismos”.

Além dessas sessões, estudantes e docentes puderam dialogar com convidados que abordaram temas como: “Transformações do mundo do trabalho e o contexto pós-pandemia”, “A Pesquisa em Serviço Social no âmbito da Pós-Graduação” e “Ensino superior na América Latina e Políticas de ação afirmativa e permanência”.

Pelos temas e abordagens, nota-se que o PPGSS da UFRJ, como espaço de conhecimento crítico e engajado, tem se constituído em espaço diverso e plural; mas não apenas: o PPGSS tem reconhecido a importância da diversidade para a construção da unidade e do pluralismo para a defesa da direção social crítica no/do Serviço Social brasileiro. É inegável que este Programa tem se constituído historicamente em palco de diversas polêmicas entre intelectuais de primeira grandeza, os quais protagonizaram debates que marcam seus mais de 50 anos de existência e de convivência fértil e respeitosa, o que se

reflete nos capítulos que compõem essa Coletânea que se intitulada **Reflexões contemporâneas sobre o debate dos Fundamentos, do trabalho e da formação profissional**.

Cabe notar a sintonia dos temas desta coletânea com a síntese da Comissão de Avaliação dos Programas de Pós-Graduação em Serviço Social, registrada no relatório de Avaliação quadrienal 2017-2020. A Comissão considerou, como resultado do trabalho da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS) e de seus Grupos Temáticos de Pesquisa (GTP), que o debate sobre os fundamentos críticos na profissão e temas como o estudo sobre história e memória do Serviço Social no Brasil e na América Latina, o avanço do conservadorismo e suas novas e velhas expressões, o trabalho de assistentes sociais no âmbito das políticas sociais bem como novas discussões que atravessam a formação profissional, têm sido recorrentes, e demonstram a maturidade da profissão na sua abordagem. Desnecessário mencionar o quanto a profissão está em consonância com o movimento da sociedade, e a partir dele recolhe as demandas da classe trabalhadora, que, por sua vez, se articula em partidos, sindicatos, movimentos, frentes, fóruns, coletivos, dentre outras formas de luta anticapitalista, antiracista, anticapacitista e antilgbtfóbica, para enfrentar e resistir aos processos de exploração e espoliação a qual está submetida.

Também não nos parece nada casual o fato de que uma coletânea que articula temas como fundamentos, trabalho e formação profissional em Serviço Social, tenha sua centralidade na categoria trabalho, tratando-a tanto em sua dimensão ontológica quanto em suas particularidades sócio-históricas, na contextualização das problematizações aqui expostas. O debate do trabalho é, portanto, o fio condutor que atravessa e dá unidade aos capítulos desta Coletânea. Como verão, a partir desta categoria, os capítulos explicitam-se em um entrelaçar, tanto como forma de coadunação, no reforço de perspectivas, como também, enquanto sugestões, alternativas e polêmicas.

O trabalho, tanto na sua concepção ontológica como fundante do ser social e constitutivo do modo de ser deste ser na realização de suas posições teleológicas primárias e secundárias, quanto o trabalho na ordem burguesa, na sua condição de substância do valor e de trabalho estranhado, tem centralidade no debate da profissão e na formação profissional. Como considera Lukács (1978, p. 9) “[...] trabalho é um ato de pôr consciente e, portanto, pressupõe um conhecimento concreto, ainda que jamais perfeito, de determinadas finalidades e determinados meios”. Assim, discutir o trabalho é, ao mesmo tempo, expor a necessidade do conhecimento, como o seu par dialético.

Desde os anos de 1990, a vertente crítica que se constituiu no movimento de renovação da profissão acompanha e protagoniza os debates sobre o fim do trabalho e a crise dos paradigmas clássicos explicativos da vida social. Não obstante, neste mesmo período (meados da década de 1990), a formação profissional de assistentes sociais brasileiros/as se estrutura a partir de formulações teórico-filosóficas da ontologia do ser social de Marx, tendo no trabalho a categoria central. Contudo, ainda que seja essa a perspectiva hegemônica na formação profissional, certamente ela não é a única. No campo progressista vem crescendo análises que problematizam a concepção de Marx sobre o trabalho como substância do valor ou que operam com (re) interpretações de sua obra, apontando para novas formas de extração de mais valia e de subsunção do trabalho ao capital. No campo do pensamento conservador/neoconservador e até ultraconservador abundam concepções que vão desde a negação do trabalho e de sua racionalidade, que questionam

toda determinação ontológica sobre a atividade humana, até perspectivas que consideram que a verdade deva ser resultante de consensos e/ou sancionada pelos resultados práticos que produz. Estas diferenças na análise dos fundamentos ou de sua negação franqueiam uma gama de projetos de profissão e de sociedade em disputa.

É sobre isso que os capítulos da Coletânea versam, explicitando os inquestionáveis nexos internos e intrínsecos entre as categorias ontológicas da sociedade burguesa e a existência da profissão nas suas dimensões do trabalho, da formação/produção de conhecimento e da organização política do serviço social.

Nessa direção, o Capítulo que abre a Coletânea, Capítulo I “Trabalho: contribuições para o debate sobre o estatuto ontológico”, da doutoranda Thais Felipe, apresenta pertinentes reflexões sobre a categoria ontológico-social ou o complexo do trabalho, contribuindo para o aprofundamento e adensamento do debate teórico-conceitual sobre a estrutura categorial do trabalho em sua dimensão ontológica, com base tanto na teoria social de Marx quanto na tradição marxista. A partir de autores clássicos seminais ao debate do tema (Marx, Lukács, Mészáros), e contemporâneos (Lessa, Frederico, Tonet, Netto e Braz, Gianotti) a autora argumenta que o trabalho estabelece uma “cadeia de mediações”, entre sujeito e objeto, desencadeando “uma série de consequências, tais como a sociabilidade, a linguagem, a arte, o conhecimento, os valores, a ética, a moral, a política, dentre outras relações sociais que fazem avançar o gênero humano”.

É nessa perspectiva que tal debate, centrado na ontologia do ser social que se constitui pelo trabalho, de Marx, subsidia, estrutura e articula toda a coletânea, uma vez que são esses fundamentos que nos permitem encontrar a unidade trabalho e formação profissional e interpretar a profissão pela via de seus reais e efetivos fundamentos histórico-ontológicos, que só podem ser encontrados na concepção ontológica do trabalho, na crítica à economia política e nas determinações da formação sócio-econômica, ídeo-política e cultural da sociedade brasileira. Temas tratados em maior ou menor profundidade por todos os/as autores/as desta coletânea.

O Capítulo II, intitulado “Perspectivas políticas do Serviço Social na crise contemporânea do capital,” da doutoranda Lana Carrijo, parte de uma análise sobre a crise estrutural, sistêmica, global do capital. Com base em reconhecidos autores (Kurz, Postone) argumenta o colapso da modernização capitalista, o que significa que a produção capitalista vem perdendo a capacidade de gerar crescimento econômico aliado à integração social pelo trabalho e pelo consumo. Problematiza o papel do Estado diante da crise contemporânea do capital e da sua (in) capacidade de promover a integração social via serviços e políticas públicas e se pergunta sobre o significado social da profissão diante das substantivas mudanças na capacidade do capital de explorar trabalho produtivo e das limitações do Estado em prover a garantia do direito ao trabalho com proteção social. Com isso, questiona a necessidade de revisão de “alguns pressupostos teóricos da profissão diante das disputas por diferentes projetos societários”. Não há dúvida de que esses são desafios de monta colocados à profissão e uma aproximação a estas questões exige uma pesquisa séria e rigorosa, como a que se propõe a autora.

Na sequência da reflexão sobre o trabalho em Marx, O Capítulo III, “A educação como práxis e a sociabilidade moderna: pela mediação das universidades”, da mestrand Camylla Neto Saldanha da Fonseca, contempla a educação como práxis, ou seja, como uma forma de objetivação do ser social, como um complexo social derivado do trabalho,

sustentado por posições teleológicas secundárias, que como tal, visa influenciar os indivíduos a realizarem determinadas posições teleológicas. Com base em autores contemporâneos (Benjamim, Minto, Saviani, Coutinho) argumenta que a “educação, como um projeto da modernidade, tem na Universidade uma mediação fundamental”. Contudo, por trata-se de um projeto de modernização conservadora, imbuído de contradições, ele pode servir aos interesses da ideologia dominante. Com isso, distingue a existência de dois projetos de educação em disputa: “um tipo de educação comprometido com a formação total, omnilateral e preocupada com o desenvolvimento do que há de mais humano e criativo nos homens e mulheres” [...], em confronto com a educação mercadológica e empresarial que, segundo a autora, “limita o desenvolvimento das habilidades e capacidades humanas, sobretudo, sobre a sua capacidade investigativa e da apropriação da realidade”. Expõe o lugar da Universidade na realização de tais projetos e pergunta: “A serviço de que interesses e de que classe social está a universidade hoje?”.

Por óbvio, essa problematização é mais do que pertinente. A universidade, espaço contraditório e em permanente disputa, tem sido capturada pela lógica do capital e tem função estratégica no processo de reprodução social. Mas ela não é só isso e desvelar essa lógica é, no mínimo, trazer os interesses da classe trabalhadora para o universo que, aparentemente, não lhe pertence. Por essa razão, a autora não aposta no imobilismo, mas, ao contrário, propõe a luta e resistência da classe trabalhadora contra a exploração e espoliação de seu trabalho, colocando a formação e produção de conhecimento críticos habilitados a promover uma educação como práxis libertadora.

Seguindo o fio do debate sobre o trabalho, o Capítulo IV “Cultura e produção de conhecimento no capitalismo: inflexões para o Serviço Social”, do doutorando Flávio José Souza Silva, aborda, a partir da interpretação mandeliana da crise capitalista, o lugar da cultura e da produção do conhecimento no capitalismo tardio para identificar, através de múltiplas mediações, “as inflexões para o Serviço Social brasileiro, no que diz respeito à direção social da profissão”. Trata-se de uma engenhosa e necessária análise cujo foco está na cultura profissional, que, segundo o autor, na esteira de Netto, incorpora “os valores, princípios, concepções teóricas, instrumentos operativos que fora elaborada ao longo dos anos 1980 e na entrada dos anos 1990, em meio ao embate contra o lastro conservador da profissão”. De posse do referencial teórico-metodológico marxiano, e de marxistas como Antonio Gramsci e Friederic Jameson, problematiza a subsunção da cultura e a produção de conhecimentos à lógica do capital, a qual converte tudo em meios e instrumentos para a sua realização.

Todavia, esse é um passo anterior e necessário para situar a profissão neste contexto, buscando os impactos à direção social estratégica construída pela vertente crítica da profissão que sofre, na atualidade, em conjunto com demais trabalhadores e trabalhadoras, as investidas do conservadorismo. Aponta, como no capítulo anterior, para as disputas teóricas, éticas e políticas contempladas na academia que, em conjunturas regressivas como a que vivemos, tende a potencializar o veio mais conservador da profissão. Sem dúvida, a fragilização e o aligeiramento evidenciados na formação profissional na atualidade é a expressão visível de que temos aí desafios substantivos a serem enfrentados.

O Capítulo V, “Matrizes teóricas que influenciam o Serviço Social: um reacionarismo latente”, em co-autoria entre as doutorandas Íris Sunsyaray e Manuella

Aragão Pinheiro, traz a maneira pela qual o pensamento conservador, como um veio ineliminável da sociedade burguesa, vai se configurando e se transfigurando na profissão, podendo ser identificado desde a sua gênese, enquanto profissão que nasce no caldo cultural da doutrina católica, e se estende por todo seu período de renovação. Importante notar que renovação, como mostra Netto, não significa apenas salto, mudança, ruptura, ainda que esse processo contemple uma vertente que realiza um salto significativo, quando da sua aproximação ao materialismo histórico-dialético, da lavra de Marx. Mostram o pensamento conservador, numa linha de continuidade e aprimoramento, se expressando de maneira explícita ou disfarçada na profissão. O cerne do ensaio está nas suas considerações finais: a necessidade de a intenção de ruptura enfrentar o conservadorismo substantivo na profissão, uma vez que ela reúne os aportes teórico-filosóficos e ideopolíticos para fazê-lo. Sem dúvida, a Teoria Social de Marx, o método crítico-dialético e a perspectiva de revolução, fornecem às assistentes sociais e à classe trabalhadora a arma da crítica capaz de questionar os fundamentos do conservadorismo e a construção de alternativas ao seu enfrentamento.

O Capítulo VI traz o sugestivo título “Era o rodo cotidiano: perspectivas teóricas para a intervenção do Serviço Social”, de autoria da mestrandia Dandara Vianna Albuquerque que problematiza a prática profissional no cotidiano como espaço de construção permanente, repleto de limites e possibilidades, para uma intervenção coerente com o Projeto ético-político da profissão. Para isso, traz para o debate o desafio da intervenção profissional de assistentes sociais que, imbuídas da positividade da realidade, apreendem o cotidiano na sua imediatividade, restringindo-se à “aparência fenomênica de um rodo cotidiano”. Assim, apresenta duas perspectivas que se confrontam neste cotidiano, as quais partem de fundamentos teórico-filosóficos, éticos e políticos que se confrontam e conduzem a escolhas técnico-operativas diversas, segundo visões de mundo informadas por estas perspectivas. Como conclusão, a autora nos brinda com a reflexão de que somente a pesquisa da realidade, aliada à atitude investigativa no trabalho profissional, orientadas pelos fundamentos da ontologia do ser social de Marx e todo o seu aporte teórico crítico, poderão produzir os subsídios que permitam uma suspensão temporária do que ela chama genuinamente de “visão imediatista do rodo cotidiano”.

O Capítulo VII, “O trabalho do/a assistente social no campo da gestão: notas introdutórias sobre os desafios profissionais para direções dos Centros de Referência da Assistência Social (CRAS) Cariocas”, da doutoranda Andréia da Silva Lima, apresenta interessantes reflexões sobre o trabalho de assistentes sociais, problematizando suas demandas e requisições no campo da gestão, que pode ou não ser permeado pela lógica gerencialista, uma vez que para a autora “a natureza da atuação do Serviço Social junto aos indivíduos possibilita respostas profissionais diversas que podem ir além dos ditames institucionais e contribuir para ações no campo progressista”. Com isso, traz para o debate o exercício profissional de assistentes sociais e as contradições sobre a sua autonomia relativa nesse espaço sociocupacional, frente a sua condição de assalariamento. Trabalha com a hipótese da relação entre a ampliação de postos de trabalho profissionais no âmbito da gestão e as requisições advindas da nova gestão pública que carrega a necessidade de reprodução da lógica empresarial-instrumental, donde a profissão ocupa espaço privilegiado no âmbito da produção de consensos.

Contudo, apreendendo a contradição como o próprio movimento do real, explicita as tensões presentes e defende que mesmo “profissionais ocupando cargo de gestão ou na execução das políticas públicas devem ter o compromisso com a democracia, participação e com a população a qual atendem”. O desvelamento de questões centrais, pela via da pesquisa, é vital para um trabalho profissional competente e compromissado com a qualidade dos serviços prestados à população e realização de outros princípios do nosso projeto ético-político profissional.

O Capítulo VIII, intitulado “Questão social e superexploração: apontamentos a partir da unidade classe, raça e gênero”, de autoria do doutorando Gustavo Fagundes, analisa a relação entre questão social e opressão racial e patriarcal. Dando continuidade as reflexões desencadeadas desde seus estudos de mestrado, apresenta a interessante e fecunda premissa de que o “debate sobre a questão social no Brasil perpassa, necessariamente, pela questão racial e de gênero, como elementos que interferem favoravelmente no processo de acumulação capitalista”. Analisa as particularidades do capitalismo no Brasil, a partir de relações sociais de produção pautadas na superexploração da força de trabalho, como determinação da nossa condição de capitalismo dependente potencializador do racismo e da opressão patriarcal. Traz importantes reflexões que se somam a uma variedade de produções contemporâneas, grande parte estimulada pelos GTPs da ABEPSS, que visam aprofundar o debate numa perspectiva de totalidade, para desvelar o particular como um inteiro campo de mediações que se conectam com os fundamentos ontológicos e com o debate teórico da questão social e sua relação com o Serviço Social.

O Capítulo IX, “O processo de enegrecimento da categoria de assistentes sociais e a divisão racial do trabalho no Brasil: uma aproximação com o debate da pertença étnico-racial no perfil profissional do Serviço Social”, tem como co-autores o doutorando Leonardo Dias Alves e a Profa. Dra. Fátima Grave Ortiz, sua orientadora. Nele encontramos um tema inédito e de grande relevância para a profissão na medida em que pretende problematizar, a partir da divisão racial do trabalho no Brasil, o processo de enegrecimento da categoria profissional de assistentes sociais. Como determinação do método crítico-dialético, buscam localizar o racismo e a divisão racial do trabalho no processo histórico em intrínseca articulação com a divisão social e técnica do trabalho, que, segundo autor e autora, se constituem em “elementos centrais para definir “os contornos do racismo na constituição das profissões”.

Para isso, partem dos dados da última pesquisa realizada pelo conjunto CFESS/CRESS sobre o perfil profissional, que aponta um processo de enegrecimento da profissão, fruto, segundo eles, de várias políticas públicas em atendimento às demandas dos movimentos sociais/populares, principalmente o de negros e negras, trazendo abertura e condições concretas de acesso da população negra à universidade, com destaque à política de ações afirmativas e a abertura/expansão de instituições de EaD. Um dos questionamentos que autor e autora nos deixam é sobre o que significa para o Serviço Social “ter pessoas negras como a maioria do seu quadro técnico, estando este inserido em uma sociedade racista como o Brasil?”. É esse processo, pleno de contradições, que é problematizado no texto, que certamente se constitui em referência indispensável de leitura.

O Capítulo X, “A agenda das relações étnico-raciais no interior das entidades do Serviço Social brasileiro: construções coletivas na afirmação do projeto ético-político”, em co-autoria do mestrando André Henrique Mello Correa e sua orientadora, a Profa. Dra.

Fátima da Silva Grave Ortiz, apresenta reflexão sobre a agenda antirracista do Serviço Social brasileiro, e a toma como um importante e inadiável tema de pesquisa.

Neste capítulo, autor e autora trazem uma abordagem teórica sobre racismo pautada em referências como Moura, 2020; Fagundes, 2022; Silva, 2022, ao tempo em que identificam na produção do Serviço Social o caminho feito pela pesquisa que traz o debate étnico-racial. Nesta, constata-se que o tema não é novo, pois a “questão racial já permeava o fazer profissional desde os seus primórdios”. Contudo, argumentam que desde 1989 o tema passa a ser reivindicado por algumas assistentes sociais como uma categoria de análise. Mostram que, a partir daí, esta temática tem sido objeto de constante adensamento e de fecundos debates no interior da categoria profissional. Os autores também apresentam reflexões sobre a agenda das entidades da categoria, em torno das relações étnico-raciais: conjunto CFESS-CRESS (no âmbito do trabalho profissional), ABEPSS (no âmbito da formação em nível de graduação e pós-graduação) e ENESSO (no âmbito da organização estudantil).

Com isso, concluem que, em que pese os avanços significativos da categoria, a atualidade pede a radicalidade crítica no tratamento do tema, pois, “não basta não ser racista. É preciso ser antirracista”. Nesta direção, a análise das contradições que evidenciam disputas e tensionamentos no que se refere ao tema e sua abordagem expressa que a temática continua carregada de desafios para uma profissão que sabe que é preciso realizar a crítica e a auto-crítica para avançar.

Reluzindo os elementares debates trazidos nesta Coletânea, orientados pela ontologia do ser social de Marx, a entrevista com o Prof. Dr. Rodrigo José Teixeira sobre a sua tese defendida no ano de 2019 no âmbito do nosso Programa, intitulada “Fundamentos do Serviço Social: uma análise a partir da unidade dos núcleos de fundamentação das Diretrizes curriculares da ABEPSS”, apresenta substantivos argumentos que comprovam que há no projeto de formação profissional, expresso nas Diretrizes curriculares da ABEPSS de 1996, uma apreensão acerca dos fundamentos do Serviço Social, a qual foi sendo amadurecida no percurso histórico da profissão no Brasil, e se faz notar na unidade articulada dos núcleos de fundamentação, se constituindo na própria lógica estruturante do projeto de formação profissional. Esta lógica se assenta na unidade trabalho e formação, possibilitada pela adoção da perspectiva crítica, especificamente do materialismo histórico e dialético que buscou pelos seus fundamentos, identificar seu caráter ontológico e sócio histórico.

Para nosso entrevistado: “Entender a unidade trabalho e formação é apreender na formação a categoria trabalho na ontologia do ser social que a riqueza socialmente produzida só se torna possível pelo trabalho, que esse trabalho se atualiza nos processos sócio-históricos e é apropriado pelos proprietários da terra e dos meios de produção, com destaque as obras de Marx e Lukács”.

Ademais, o autor defende que foi esse entendimento da unidade entre trabalho e formação profissional que possibilitou ao Serviço Social se voltar para um projeto de formação que apreende a “questão social” como seu objeto de conhecimento e âmbito de intervenção, sendo atravessado pela ética profissional e a pesquisa, como alternativa a uma intervenção moralizadora. Essas reflexões, dentre outras ideias genuínas trazidas na entrevista, vem coroar e fortalecer o debate de fundamentos subjacentes aos textos da Coletânea.

Por fim, apresentamos a sessão Epílogo “Escrevivência e continuidades: produzindo conhecimento a partir da”, de autoria da Profa. Dra. Sheila Dias, também egressa do nosso Programa de Pós-Graduação, cuja tese “Unidade do Diverso ou Inclusão Sem Pertencimento? Análise da educação superior e das políticas de ações afirmativas nas Pós-graduações em Serviço Social no Brasil”, defendida neste ano, é um marco no debate sobre as relações étnico-raciais e a produção de conhecimento. Traça um breve panorama sobre a trajetória do debate das cotas étnico-raciais para negras (es/os), indígenas, pessoas com deficiência e pessoas LGBTQIA+ nos Programas de Pós-Graduação dos cursos de Mestrado e Doutorado em Serviço Social das universidades públicas e privadas do Brasil e vinculadas a Associação de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS). Apóia-se na crítica e criativa expressão criada por Conceição Evaristo, “escrevivência”, a qual expressa seu compromisso com os processos coletivos construídos no cotidiano que possam garantir às mulheres negras, através de sua escrita, o seu lugar nos espaços em que elas quiserem estar, mas, fundamentalmente, na acadêmica. O texto de Sheila é mais do que significativo das lutas, conquistas e desafios das mulheres negras para o seu reconhecimento na sociedade. A história de vida de Sheila, mulher negra, intelectual militante, assistente social e educadora, é mais do que representativa da necessária construção coletiva de estratégias, rebeldias e muita generosidade.

Como os/as leitores poderão observar, toda coletânea é travejada de temas novos, polêmicos, relevantes socialmente. Todos tratados a partir de elementos estruturais do capitalismo, das particularidades da sociedade brasileira, de sua cultura ídeo-política, das determinações da conjuntura identificando, especialmente, o aprofundamento de perspectivas (ultra) conservadoras e como estas reverberam na profissão. O rigor das análises pode ser tributado ao método crítico-dialético e na criteriosa mobilização de suas categorias: dentre as quais evidenciamos o primado da totalidade, através do qual a pesquisa capta as leis e tendências do desenvolvimento histórico, a contradição, como motor da história e a mediação, enquanto nexos causais dos processos históricos, que só se explicam em relação, sancionando o que Lukács considera que permanece vivo em Marx: a ortodoxia do método para, por meio destas categorias, analisar o Serviço Social como totalidade, em suas múltiplas dimensões.

Esperamos que os/as leitores/as apreciem o material, pois ele expressa a qualidade da produção discente do PPGSS e reflete a agenda contemporânea do Serviço Social. Demonstra a pluralidade de debates que se relacionam e complementam, construindo e adensando a pesquisa do nosso programa de maneira tão comprometida.

Nessa direção, a contribuição que se espera com essa obra é de que seus capítulos, fruto de pesquisas concluídas ou em andamento, estejam em ressonância com o movimento da realidade e permitam a estudantes e/ou profissional captarem por quais mediações as tendências do desenvolvimento histórico presente na lógica e na dinâmica do capital, expressas na Teoria Social de Marx e na tradição marxista, possibilitam interpretar a gênese, a existência, a funcionalidade, o significado histórico e as requisições profissionais na contemporaneidade, atravessadas por determinações de classe, gênero, raça/etnia e orientação sexual. Mais ainda: a obra representa um esforço no sentido de que as pesquisas realizadas pela pós-graduação estejam conectadas aos principais dilemas com que se defrontam assistentes sociais no seu cotidiano de trabalho, oferecendo, subsídios à interpretação de seus fundamentos históricos, teóricos, metodológicos e ídeo-político, na

construção de respostas profissionais críticas, criativas, competentes e compromissadas com o projeto profissional crítico e seu projeto de sociedade, contribuição de uma geração que sabe, como bem diz o poema, que “*a história não tem ponto final*” [...]

Rio de Janeiro, julho de 2023.  
Camylla Fonseca e Yolanda Guerra (Orgs.)